



PROJETO DE LEI Nº 15033/2025

(Paulo Sergio Martins)

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de pontos de hidratação para animais em locais públicos de grande circulação.

Art. 1º. Fica obrigatória a instalação de pontos de hidratação para animais, com água potável e recipiente adequado, em locais públicos de grande circulação, tais como:

- I** – praças, parques e áreas de lazer;
- II** – terminais de ônibus e estações de transporte público;
- III** – instituições públicas municipais com atendimento ao público.

Art. 2º. Os pontos de hidratação deverão:

- I** – ser confeccionados com material resistente, de fácil limpeza e reposição;
- II** – estar localizados em locais sombreados e de fácil acesso;
- III** – possuir identificação visível com os dizeres “Água para os Animais – Lei Municipal nº. ____/2025”.

Art. 3º. Fica criado o Selo “Amigo dos Animais” destinado aos estabelecimentos privados que aderirem, voluntariamente, à iniciativa, como forma de reconhecimento e incentivo.

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente proposição tem por finalidade garantir o acesso à água potável para animais domésticos e silvestres urbanos, especialmente durante períodos de calor intenso, contribuindo para o bem-estar animal e para a promoção da saúde pública ambiental.

A hidratação adequada é essencial para a manutenção das funções vitais dos animais. Sua desidratação pode ocorrer por diversos fatores, como exposição ao





calor, doenças gastrointestinais, doenças renais, idade avançada ou atividade física intensa. Animais desidratados apresentam sinais clínicos observáveis, como perda de elasticidade da pele, gengivas secas e pálidas, letargia e falta de apetite, podendo evoluir para quadros graves e até fatais se não houver intervenção imediata.

Estudos e orientações veterinárias indicam que o monitoramento da hidratação pode ser feito de forma simples, por meio do teste de turgor (é um método simples e rápido usado para avaliar o estado de hidratação de um animal, ou seja, puxa suavemente uma pequena dobra da pele, geralmente na nuca, dorso ou entre as escápulas e ao soltá-la logo em seguida observa-se o tempo que a pele leva para voltar ao lugar original) da pele e da observação da cor e umidade das gengivas, práticas acessíveis a qualquer tutor responsável. Além disso, para a prevenção da desidratação, recomenda-se o aumento da ingestão de água por meio de estratégias como o fornecimento de alimentos úmidos, recipientes com água fresca em diferentes locais e até o uso de bebedouros automáticos que estimulem o consumo.

Animais com condições específicas, como urolitíase (formação de cálculos no trato urinário), cistite idiopática (infecção e inflamação da bexiga) ou constipação (dificuldade para evacuar), também se beneficiam do aumento da ingestão hídrica, o que reforça a importância de políticas públicas voltadas à facilitação do acesso à água limpa e à educação da população sobre os cuidados necessários com seus animais.

A proposta tem caráter preventivo, educativo e sustentável, podendo ser implementada com baixo custo e alto impacto social, uma vez que promove a redução do sofrimento animal, o fortalecimento da convivência harmoniosa entre pessoas e animais, e a preservação da fauna urbana.

Diversas cidades brasileiras, como Curitiba, Belo Horizonte e Florianópolis, já adotam iniciativas semelhantes, o que demonstra a viabilidade técnica e a aceitação social dessa política pública.

Assim, o presente projeto demonstra o comprometimento do Município de Jundiaí com a causa animal e o desenvolvimento sustentável, alinhando-se às diretrizes de respeito à vida e de construção de uma cidade mais humana e solidária.

Diante do exposto, solicita-se o apoio dos nobres Pares para aprovação deste projeto, reforçando o papel do Poder Público na proteção e promoção do bem-estar animal.

PAULO SERGIO – DELEGADO

